

Ronaldo Trindade
Carlos Alberto Amorim Caldas
(Organizadores)

Diversidade em Perspectiva



Volume 2



Campus Universitário
do Tocantins/Cameté
UFPA

Esta obra está sob a licença
Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual CC BY-NC-SA

Projeto gráfico e editoração eletrônica
Editora do Campus Universitário do Tocantins/Cametá-UFPA

Arte da capa
Patrícia Brasil

O conteúdo dos textos publicados neste livro é de inteira responsabilidade de seus respectivos autores, não representando necessariamente a opinião dos organizadores e nem da editora.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Diversidade em perspectiva / Ronaldo Trindade, Carlos Amorim Caldas (Organizadores). – Cametá, PA: UFPA - Campus Universitário do Tocantins/Cametá, 2020.

2 Volumes
Inclui Bibliografia
ISBN: 978-65-88140-01-7.

1. Gênero. 2. Sexualidade. 3. Diversidade. 4. Política. I. Trindade, Ronaldo. II. Caldas, Carlos Amorim. III. Título.

CDD 372.372

Da subordinação à valência: esboço para uma reviravolta nos estudos de gênero e sexualidade¹

Maycon Lopes²

Muita gente aprisiona a si própria em todas essas categorias de *butch*, *femme*, *lipstick*, *macho*... Para quê? Elas continuam a atuar sobre nós constantemente, mas a pergunta interessante seria ver como atuamos com elas de uma maneira que não faça de nós nem vítimas, nem aprisionadas. (Judith Butler)³

Aproximações preliminares àqueles que nos fazem pensar

Durante o mestrado, quando acompanhei a partir de uma abordagem etnográfica a trajetória (falar em trajetória é já falar em transformação) de um jovem não heterossexual morador de um bairro periférico de Salvador, ele me dizia repetidamente: “*não quero ser igual àquelas bichas da favela*”. Rafa, o nome que ocorreu-me chamá-lo no texto, argumentava haver uma diferença entre si e seus vizinhos: enquanto os últimos se engajavam na composição de “*grupinhos* de dança”, meu interlocutor se interessava, isto, sim, em correr atrás de sua educação formal e ascender socialmente. Presente em diversas passagens de minha dissertação (VILLANI, 2015), o desprezo que nutria por aqueles de quem buscava afastar-se moralmente, as “*bichas da favela*”, é de arrepiar alguns intelectuais queer⁴, os mesmos que se veem tantas vezes

¹ Agradeço à Professora Iara Maria de Almeida Souza, que provocativamente me coloca essas questões. Sem sua generosa e interessada interlocução com o meu trabalho essa reflexão não poderia ser desenvolvida.

² Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, bolsista CNPq.

³ Excerto de entrevista concedida a Ursula Del Aguila para a edição de número 138 da revista francesa de temática LGBT *Têtu*, publicada em 2008. Esta e demais citações diretas ao longo desse texto de trabalhos não publicados em português são de minha responsabilidade.

⁴ Lembro-me da etnografia de Lewin (2016), que trabalhou com maternidade lésbica e cerimônias de compromisso entre casais composto por pessoas do mesmo sexo. A autora alega ser difícil não associar “a erudição queer com a intolerância e o menosprezo de pessoas como meus informantes” (p. 603), pontuando que esta perspectiva teórica resultou em depreciar pessoas “cujo senso de si é menos antagonico à (...)

impelidos a fornecer um veredito diante de uma dúvida algo paralisante: trata-se o fenômeno em pauta de resistência ou de assimilação?

Ainda naquela época, por volta do ano de 2014, outro colaborador de pesquisa me surpreendeu. Habituei-me a encontrá-lo no largo de uma praia em que trabalhava como vendedor ambulante de bebidas. Hudson, pernas torneadas pelo descer e subir morro com seu equipamento de trabalho, corpo dourado pelo sol, à mostra com seu torso desnudo (ah, como fazia calor!) e seu shortinho jeans justíssimo, escutava atento mas com algum incômodo o relato da agressão que sofri, dentro de minha própria casa, de um suposto parceiro de sexo casual. Hudson, com quem àquela altura eu confidenciava a razão de meu repentino sumiço, estava com um prato sujo de farofa na mão. Me ouvia com uma das mãos na cintura e a outra balançava e batia tal prato com certa impaciência na coxa direita. *“Ai, que inveja!”*, inteviu.

Ainda deveras abatido pelo ocorrido, tomado por um estado de humor que, ao menos num primeiro momento, me impedia de compreender senão literalmente uma comunicação verbal, minha cabeça deu um nó. Mesmo que ele não tenha demorado a se fazer entender com sua ironia e irreverência, os poucos segundos que precederam a conclusão da sentença bastaram para que eu desse muitas voltas em busca de explicação de como alguém haveria de desejar a mais brutal violência que alguma vez sofri. *“Por que ele não fez isso com uma bicha da favela?!”*.

Meu colega estava visivelmente perturbado. O prato contra a coxa talvez servisse de tradução corporal da expressão, popular na Bahia, “pegar ar”, que designa um rompante de fúria e indignação. Havia ali qualquer desejo de vingar a violência de que fui vítima, sobretudo porque – e esse é o ponto – uma vez que desferida contra uma pessoa “indefesa”, o corriqueiro criminoso praticara uma covardia. O que Hudson queria me dizer é que, se em vez de um gay de classe média (como eu deveria ser identificado por ele), que foi parar no hospital, o meliante tivesse investido sua homofobia contra uma bicha da favela, o desfecho teria sido outro.

normatividade do que os teóricos queer (...) considerariam desejável” (p. 599). Meu interlocutor, entretanto, por ser negro e proveniente de estratos populares, talvez pudesse, a despeito de seu relativo flerte com a norma, ser digno de uma investigação respeitosa – para usar os termos da referida antropóloga.

Frente à inequívoca vulnerabilidade de um corpo franzino recém-golpeado, naquele crepúsculo que marcava o fim do expediente de meu colega, emergia a categoria “bicha da favela”. Porém, não mais em um tom que desqualifica o sujeito, como usualmente era performada por meu principal interlocutor de pesquisa, mas como uma identidade de força, positiva. Naquela interação, o “despossuído”, traço que costumamos atribuir àqueles sobre os quais escrevemos, era eu. Era de se supor que o algo que acontecia às bichas da favela, algum tipo de aprendizado prático, não estava disponível na minha experiência de “gay de classe média”, *interseção* que naquela situação eu vivia como uma – vejam só! – fraqueza.

A fim de neutralizar o meu argumento poder-se-ia levantar que o relato que trago nesse trabalho trata de uma situação demasiado específica. E então eu perguntaria qual pesquisa não assume uma configuração particular, qual investigação não parte, por mais que estas amiúde não apareçam em primeiro plano, de relações que são criadas (STENGERS, 2011), e qual pesquisa não engendra situações bastante estranhas a grande parte de nossos colaboradores, vide entrevistas cujas regras eles não dominam (FONSECA, 1999).

Como assinala Stengers (2011), apontando para o crítico fato de que nossa prática científica depende em algum grau da submissão dos participantes da pesquisa, perguntamos “aos outros algumas perguntas estranhas”, os submetemos “a algumas situações muito incomuns”, os descrevemos “de modo que, em qualquer outro contexto, seria julgado altamente não civilizado” (p. 308). E Despret (2008) acrescentaria que muitas vezes o nosso problema de investigação é formulado sem nos preocupamos se este é considerado um problema (ou seja, se é relevante) para aqueles que recrutamos. O fato é que, seja aqui, seja alhures, a técnica e os dispositivos de pesquisa sempre produzem o que alegam encontrar (SAVRANSKY, 2014; RACE, 2016), sempre acarretam em uma diferença no objeto *por* conhecer (DEWEY, 2000).

Embebidos da droga pesada da Verdade, para usar expressão zombeteira de Stengers (2005) com a finalidade de designar aqueles que se servem do poder de arbitrar, criticar e denunciar, quem faz tal alegação posiciona-se em favor de vetores pretensamente unívocos de certas categorias. Com o intuito de dizer que força “genuína” é aquela que emana dos mais altos degraus da topografia social, terminam contrários às articulações que as práticas mesmas podem fazer multiplicar,

liquidando os Outros e as chamadas “teorias nativas”; lembremo-nos que força e fraqueza foram postas nos próprios termos do meu colaborador.

Dito desta forma, parece que estou a referir-me a uma prática científica a nós muito distante. Devo, contudo, dizer que esta atravessa de modo persistente a teoria social. Para permitir qualquer nível que seja de reconhecimento, gostaria de apresentar alguns exemplos, ainda que a voo de pássaro, a partir de duas discussões provenientes de campos distintos. A primeira, que flerta com a leitura determinista de Bourdieu sobre a educação, está relacionada às conclusões da etnografia de Robert Everhart, bastante próximas aliás das de Paul Willis em sua obra *Aprendendo a ser trabalhador*.

Como nos mostra Apple (2002), Everhart percebe como os alunos de camadas populares, insubmissos aos princípios da cultura escolar, conseguem oferecer o mínimo que a escola requer para serem aprovados, sem, entretanto, sacrificarem de um tempo que é revertido afinal para seus próprios interesses. Na escola, os estudantes dedicam-se sobretudo a atividades não intelectuais: “matam aulas”, “fumam maconha”, divertem-se com seus colegas. Dado que, se comportando desta maneira, essa “resistência” reserva aos jovens um lugar desprivilegiado na esfera ocupacional, Everhart considera que eles acabam reproduzindo o sistema ao qual se indispõem e pretendem se opor, em vez de confrontarem de modo crítico a base desse sistema – qual seja, as relações de produção capitalista. Mas será que aquilo que importa, o que é relevante à prática dos jovens é mesmo a subversão da reprodução social (a permanência, ao longo das gerações, em determinado estrato piramidal) ou esse nível que parece transcender seus interesses é uma imputação da agenda do sociólogo crítico, que agora pode comprovar o malogro da prática dos estudantes?

O outro exemplo já foi explorado por mim em um texto anterior (LOPES, 2014), aliás sob acusação de um renomado acadêmico, então editor de um periódico emergente, de não ser de “bom tom” criticar o material de outros colegas sem ter eu próprio feito pesquisa de campo semelhante. Bom, acho que não preciso discutir aqui o quanto essa moral ignora desde as revisões críticas da literatura (ao elaborarmos, por exemplo, um projeto de pesquisa), até a confecção de resenhas. Diferente de diversos periódicos estrangeiros que eventualmente destinam em suas sessões espaço para comentários e réplicas a artigos publica-

dos, o que favorece o aguçamento crítico do leitor e o cultivo de um balanço permanente do campo, aprendemos desde cedo a estabelecer um compromisso com o clima morno e cordial da nossa vida acadêmica, sem levar em consideração com franqueza o trabalho dos colegas.

A análise dos estudos que me renderam tal acusação trata de monografias sobre relações de gênero enredadas pelo pagode baiano. Novamente a grosso modo, enquanto um dos autores com que ali discuto defendia que as mulheres encenavam sua própria desqualificação ao se deixarem contagiar pelo ritmo da música e ostentarem coreografias consideradas por ele “vulgares”, o outro argumentava que as aficionadas do pagode não admitiam que referências a termos como “pancadinha” nas músicas representavam violência física.

Engajados com o tema da reprodução social e manutenção de determinada ordem, os estudos mencionados, tanto no âmbito da educação quanto no campo da cultura popular, são exemplares no que Stengers (2005) pontua acerca dos adictos da Verdade; a tarefa dos pensadores como esclarecimento e iluminação crítica (contra a ilusão). Quando assumimos essa perspectiva, relegamos aos atores mesmos o lugar ou de cínico ou de idiota (equivocado, iludido). Enquanto o primeiro, dissimulado, finge desconhecer o que a mim, pesquisador, parece, senão óbvio, irrefutável, o segundo é acometido por uma espécie de miopia, com sua ingênua visão de curto alcance. Ainda que com as melhores intenções, os estudiosos, ao ignorarem solenemente a perspectiva dos atores, colocando em primeiro lugar e de uma vez por todas as grandes categorias que manejam, falham, abusam do poder da autoridade em que consiste todo exercício de autoria. Mesmo quando os sujeitos rejeitam ativamente nossas premissas, nos sentimos à vontade para condená-los à perpetuação de sua subordinação.

Como alerta Stengers:

De maneira geral, eu diria que diagnosticar a alienação, ou identificar ações como resistência oculta ou estratégias subversivas de contra-poder, quando as pessoas envolvidas não caracterizam sua situação nesses termos, é um ofício pobre e também perigoso. (STENGERS, 2008, p. 53)

Interessada em problematizar as políticas do conhecimento, e, por conseguinte, o cruzamento entre ciência e política, Isabelle Stengers, em sua verve por excelência pragmatista, prefere pensar teorias em ter-

mos de eficácia, e não de validade científica. Esse caminho, que responde por desdobramentos éticos significativos, assume que as teorias são sempre eficazes, sempre acrescentam (dão sequência, interferem, se misturam, são incorporadas) à situação, ainda que o bem intencionado teórico pense estar “apenas diagnosticando”. Indubitável diálogo com John Dewey. Dos principais expoentes da tradição filosófica do pragmatismo, Dewey (2000) oferece um contraponto ao entendimento de teoria como espelho que reflete a realidade (sendo, portanto, impotente e ineficaz), e advoga que a teoria é dotada de uma qualidade aditiva; provoca necessariamente um reajuste nas coisas, efetua “mudanças no previamente existente” (p. 87). A teoria, assim, é investida de um caráter prático, sendo o *prático* compreendido como a faculdade de um pensamento produzir transformações na realidade.

O protótipo de cientista interessado para Stengers (2002a) é aquele que se pergunta que diferenças produzirá, quais restrições ou possibilidades irá abrir, questões que remetem diretamente ao chamado “pragmatismo especulativo”, sobre o qual discorrerei doravante. No caso em tela, a primeira realização efetiva da teoria, ou, nas palavras de Stengers (2008), sua primeira eficácia, é designar o pesquisador como o porta-voz das pessoas que não mais fazem que desempenhar *papeis preexistentes*. Mas quem o empodera enquanto tal é a teoria e não sua conexão com o grupo pesquisado. E, uma vez que pensar em política do conhecimento é pôr em questão a ligação entre aqueles que teorizam e aqueles que são teorizados – conforme pontua Sztutman (2018), Stengers nutre o propósito⁵ de descolonizar as ciências modernas –, é importante assinalar que sempre que vamos ao campo munidos de um rígido quadro teórico que nos é útil somente na medida em que nos faz *reconhecer* ou acomodar os sujeitos como personagens do nosso teatro abstrato, deixamos de *aprender* com eles. A engessada teoria nos ensinou, portanto, apenas a reconhecer (julgar, identificar) mas não a aprender com os sujeitos em questão; “aprendemos quando realmente nos conectamos e somos colocados à prova pela conexão” (STENGERS, 2008, p. 45).

É assim que, nos mantendo na posição do teórico que conhece melhor, que já sabe o que vai encontrar e se permite afastar do que de fato importa aos adeptos de determinadas práticas, encerramos a pos-

⁵ Nomeadamente a partir de sua perspectiva de ecologia das práticas, que, muito embora não deixe de animar esse texto, por ora não poderei explicar mais detidamente.

sibilidade de encontro com estes. Também para Savransky (2016) um encontro, concernindo a não saber de antemão como se relacionar, não pode ser antecipado. É na contramão desta concepção de encontro – que exponho brevemente para clarificar a visão de Stengers – que estaria o hábito. Como nos mostra Sara Ahmed (2014), o hábito para William James, ao poder ser descrito como uma rota definida, seria uma espécie de “poupador de problemas”, ancoradouro da possibilidade de um tráfego pelo mundo sem ter de pensar nos caminhos.

Tudo isso para dizer que sem estabelecermos um vínculo com aqueles sobre os quais escrevemos não concedemos à situação o poder de nos fazer pensar, imaginar, especular. Por esta razão Stengers (2005), percebendo a tendência de aplicarmos categorias de reconhecimento a circunstâncias que presumimos comuns a outras, recomenda: resistamos ao hábito (aqui ele não é nosso amigo); não reconheçamos, pensemos. Na medida em que nos orienta para a dedução e não para a criação de algo novo, o reconhecimento não serve como “ferramenta para pensar”. Se vamos participar do devir de uma prática, é preciso que evitemos abordá-la em termos de determinação (STENGER, 2008), e o façamos a título de especulação. Especular não se trata de descobrir ou *reconhecer* uma verdade escondida; ao invés disso, a especulação consiste em um ingrediente crucial na construção da realidade (STENGER, 2002b).

De todo modo, retomarei este ponto mais tarde, para propor uma reformulação e perseguir uma abordagem que não reduza o que os atores fazem à palavra final do pesquisador imbuído em denunciar aspectos da realidade e/ou responder se os sujeitos do estudo colaboram ou não com a reprodução social, se resistem à norma ou se a esta se assimilam. Para já, no entanto, em vez de deixar a valiosa imagem da bicha da favela de lado, pretendo explorar os desafios de um horizonte que ela nos abre: o da interseccionalidade.

Combinações explosivas: a interseccionalidade na encruzilhada das opressões

Considerada por Leslie McCall (2005) como a principal contribuição da teoria feminista até o momento, a interseccionalidade já integra não apenas o senso comum sociológico (DAVIS, 2008) como também o ativista. Em poucas palavras, esse postulado teórico pon-

tua que as subordinações, antes de se constituírem como mutuamente exclusivas, podem, ao se combinar, se reforçarem, serem reciprocamente erigidas. Não se trata, neste sentido, de uma adição; a interseção transforma os termos da relação (HANCOCK, 2007). Por isso Hancock (2007) volta sua atenção não para as categorias anteriores, como domínios exclusivos de classificação social e experiência, mas para as categorias (distintas, não adicionadas) que emergem por meio do ponto de simultaneidade.

Uma das principais consequências da interseccionalidade é, a partir da multidimensionalidade da vida dos sujeitos marginalizados, tornar aparentes as diferenças existentes intragrupos, quer dizer, dentro das amplas categorias, como “mulheres” e “negros”. A rigor, como não é possível estabelecer um limite do número de interseções e cruzamentos que podem se articular (poderíamos pensar para além da tríade gênero-raça-classe, e incluir sexualidade, idade, religião, localização geográfica, capacidade física, grau de instrução), não é difícil entender o largo alcance do termo, vez que este é dotado de uma aplicabilidade praticamente universal, prometendo cobrir uma infinidade de configurações e arranjos sociais (DAVIS, 2008).

Entretanto, ao manejar essa promissora ferramenta analítica, precisamos ter cuidado com certas generalizações, pois, do contrário, corremos o risco de manipular categorias que se entrecruzam como se fossem constantes trans-históricas. Essa é uma das críticas que Nash (2008) faz ao trabalho de Kimberlé Crenshaw, proeminente teórica da interseccionalidade. De acordo com Nash (2008), as mulheres negras, tomadas como protótipos interseccionais, são tratadas por Crenshaw como uma entidade monolítica e unitária, negligenciando, por um lado, momentos históricos particulares nos quais elas estão inseridas, e, por outro, demais diferenças, tais quais classe e sexualidade.

Ruth Landes, em sua clássica etnografia na Bahia dos anos 30 do século passado, muito antes do “boom” da interseccionalidade, e evidentemente sem fazer qualquer menção ao termo, já nos havia mostrado que não é possível observar uma semelhança inexorável na experiência de todas as mulheres negras. Naquela Bahia tradicional, mais especificamente nos cultos religiosos afrobrasileiros, Landes desafiou dado esquema simplista que fundamentava a visão corrente de que a dominação masculina impregnava a sociedade brasileira como um todo, inclusive o candomblé (CORRÊA, 2002). As mulheres assumiam

posição de prestígio e poder no culto nagô e os “homossexuais passivos” nos cultos Caboclo.

Mas não precisamos ir tão longe no tempo. Outro interessante exemplo pode ser apreciado no trabalho mais recente de Moutinho (2006). A partir da trajetória de dois jovens negros homossexuais da periferia carioca, ela desmonta certas presunções ao observar como, via mediação do estereótipo de que uma pessoa de cor é *dotada* de uma performance sexual mais ostensiva – o que convertia esses jovens em objeto de desejo pelos gringos, por exemplo – eles conseguiam, muito mais do que mulheres, homens heterossexuais, lésbicas e travestis dos mesmos locais em que residiam, atravessar as linhas de classe do Rio de Janeiro. Eles podiam se valer, assim, dos horizontes de possibilidades abertos pelas características que lhes faziam “subalternos” e ampliar seu leque de experiências, agregando seus capitais cultural, econômico e social.

É assim que faço coro a Davis (2008) quando, em diálogo com outras autoras, questiona se o paradigma da interseccionalidade é útil apenas para pensar em vulnerabilidades e exclusões ou se pode, outrossim, ser interessante para examinarmos como um recurso e mesmo fonte de “empoderamento” – portanto, como algo mais complexo, multivalente, que permite inclusive encontrar entrelaçamentos inusitados entre privilégios e opressões em diferentes contextos (NASH, 2008).

O que me parece fundamental destacar é que ao lançarmos mão da assim chamada interseccionalidade geralmente buscamos pôr em relevo sujeitos que são atravessados por uma série de opressões simultâneas⁶. Posto isso, não haveria uma tendência de “sufocarmos” esses sujeitos que carregam sob as costas um legado de subordinações? A esse respeito, vale observarmos quando Adrien K. Wing evoca a poesia, parafraseando o poeta “E. E.” Cummings:

Eu quero declarar afirmativamente para a academia jurídica e para nós também que nós, mulheres negras, somos mais do que entidade ‘sobrecarregadas’ sujeitas a uma multiplicidade de opressões, discriminação, dor e depressão. Nossa essência também é caracterizada por uma multiplicidade de *força*,

⁶ Embora muito se fale, pouco se estuda o homem-branco-heterossexual, o próprio avesso do protótipo “mulheres negras”. E esse é um dos pontos afinal não resolvidos da interseccionalidade: se seria esta uma teoria da subjetividade marginalizada ou uma teoria generalizada da identidade (NASH, 2008).

amor, alegria (com um salto de giro vivo, estamos vivas) e *transcendência* que floresce apesar da adversidade. (WING *apud* NASH, 2008, grifos da autora)

A tendência asfíxica é reforçada sempre que optamos por colocar as práticas entre parênteses, e o fazemos todas as vezes em que nos referimos a essas subordinações sem revelarmos as circunstâncias em que se apresentam. A antropóloga Claudia Fonseca (1999) nos alerta para o que nem sempre parece notório: a vida de nossos interlocutores não se restringe nunca à situação de pesquisa. Ainda que por vezes a atitude que oriente nossa prática científica seja a de tomar certas categorias como prévias e ir ao campo apenas para encontrá-las, e que em verdade não deixemos de nos sentir aliviados ao “coletarmos” algumas respostas às questões que formulamos (a ausência de surpresas nos diz que sempre estivemos corretos), lembremo-nos: aquele é apenas um fragmento – o que buscamos “encontrar” – de uma realidade multifacetada. Em diálogo com De Certeau, Fonseca afirma que nem tudo pode ser deduzido da relação dominante-dominado e que, ao reduzirmos o universo simbólico dos “subalternos”, e é possível fazê-lo de diversas maneiras, como, por exemplo, encarando seus comportamentos na qualidade apenas de *responsivos* a uma norma (externa, “objetiva”), terminamos por reforçar a violência simbólica que pretendemos denunciar.

Se, em vez disso, tomarmos como propósito acolher categorias não como ponto de partida da pesquisa mas como ponto de chegada, e mirarmos como estas emergem nas práticas mesmas, logo elas não apenas podem não aparecer (desaparecer!), como podem ser multiplicadas⁷. O modo com que a “bicha da favela” passa a existir no curso do meu trabalho de campo pode ser bastante elucidativo. Seu significado difere de uma prática a outra, faz fazer⁸ coisas diferentes. Dessa forma, significado aqui, antes de encerrado a uma subjetividade que

⁷ Me inspiro livremente aqui no tratamento oferecido à doença pela filosofia empírica de Annemarie Mol (2002). Para uma estimulante leitura e síntese da obra desta autora, conferir Souza (2015).

⁸ Essa é uma expressão que Latour (2001) utiliza para definir a ação. A partir da teoria do ator-rede, no qual os elementos envolvidos num acontecimento nunca estão isolados, não é adequado, ou talvez nem mesmo seja possível localizar a fonte (como se esta fosse única) da ação. O fazer-fazer faz justiça ao devir de uma rede, sublinhando o seu desdobrar-se, os efeitos e as consequências desses emaranhados. Limite-me, contudo, aqui, a resguardar o sentido de apelo, incitação, convite à ação, presente nesta significativa expressão.

o entende desta ou daquela maneira, residiria, em consonância com o pragmatismo enquanto fundamentalmente uma arte das consequências (SAVRANSKY, 2017), nas diferenças que faz, nos efeitos que produz, nas realidades modificadas (DEWEY, 2000). Operador e vindo a integrar certos campos de práticas, ocasiona comportamentos diversos. De forma análoga ao advento da expressão *queer* como modo de autodesignar-se (PEREIRA, 2006), de desqualificadora, a categoria é mobilizada como positiva, e a interseccionalidade, sintetizada pela “bicha da favela”⁹, passa a ser percebida não apenas como privação e desvantagem, mas também como recurso e oportunidade.

Se as categorias que se intersectam forem relevantes para as práticas que estamos estudando, não precisamos ficar ansiosos e abreviarmos o nosso trabalho; estas vão aparecer, deverão ser encadeadas e levadas em consideração no curso de ação dos sujeitos. Esse é um dos princípios presentes na antropologia simétrica latouriana, como argumenta Stengers (2011). Não precisamos dar o que Latour (2012), influenciado pelo pragmatismo de William James, considera um “salto mortal” e recorrer a um léxico estrutural que por vezes converte os atores em meros epifenômenos. Simetria, entre outras coisas, consiste em ausência de “causalidade de longo alcance”, que é projetada para dar conta daquilo que falta nas redes curtas (STENGERS, 2011). A proposta é menos de abandonar as grandes categorias explicativas de que tanto gostamos e mais de planificá-las através de um laborioso trabalho de mediadores, a fim de que estas não sejam “transcontextuais”, mas localizadas, colocadas em situação, ou, para nos exprimirmos no jargão pragmatista, devolvidas ao fluxo da experiência. Se levado às últimas consequências, esse princípio da antropologia simétrica torna obsoleta a distinção entre micro (particular) e macro (geral).

Contrapondo-se a Émile Durkheim, seu principal interlocutor na época, que desafiava com outra maneira de fazer sociologia, também o francês Gabriel Tarde ([1898] 2012), a cujo trabalho Latour é igualmente debitário, propõe que o universal só pode ser alcançado pelo elemental. Não mais o pequeno pelo grande, isto é, a suprema ordem a elucidar o infinitesimal, mas isto que frequentemente tomamos como fator explicativo é o que deve ser fundamentado pelos atos elementares.

⁹A geografia”, observa Jane Wills (*apud* BINNIE, 2011, p. 24), “frequentemente é usada como um substituto para a questão da classe. Os pobres são cada vez mais identificados por onde vivem”.

Como apreciam Stengers e Pignarre (2011), Latour ataca noções como “Sociedade”, “Ciência”, etc. Operadas para explicar, são estas, a bem da verdade, que devem ser explicadas. Não seria demais ressaltar que uma das orientações teórico-metodológicas do pragmatismo americano é não tomar à partida as grandes categoriais numa investigação, como bases a priori a sustentarem (ou explicarem) os feitos, mas atentar para as consequências dos últimos (DEWEY, 2000). O procedimento de direcionar o olhar para os resultados e não para os princípios pode vir a dispor noções como sociedade como consequência e não causa.

Mediante esses apontamentos, poderíamos problematizar – o que não me será possível fazer neste momento – o fato de que muitas vezes a interseccionalidade aparece, segundo extensa revisão do tema por Laura Moutinho (2014), como ponto de partida e de chegada¹⁰. O que aprendemos com aqueles que acompanhamos na pesquisa quando a conclusão de nossas investigações parecem retornar ao ponto do qual partimos?¹¹

Entre o desconforto com o presente e a insuficiência da descrição, o experimento especulativo

A fim de dar prosseguimento a meu argumento, fechando agora os parênteses da interseccionalidade, gostaria de compartilhar com o leitor uma anedota, oriunda do campo no qual tenho atuado nos últimos dez anos, quer dizer, desde o início da minha carreira como estudante de ciências sociais. Era defesa pública da tese de doutorado de um colega. Lá para as tantas, quando ele mencionava certas práticas sexuais que tornavam vulnerável a população trans à epidemia do HIV/aids, ouvi-se, em alto e bom som, da plateia de um auditório lotado: “*Tá vendo?, eles só falam essas coisas [más] da gente. Não participo mais dessas pesquisas!*”. Marcantemente ativa, a voz era de uma travesti, uma das que mais colaboraram com o estudo do pesquisador.

Existiu quem considerasse que o fato de, ao final da defesa, ela ter elogiado o trabalho, era razão suficiente para ignorar sua queixa – para

¹⁰ Mesmo que tenha observado esta tendência, Moutinho, que só a pontua na conclusão de seu trabalho, não chega a se aprofundar nessa constatação.

¹¹ Uma interessante consideração sobre o percurso e mesmo uma requalificação do que usualmente entende-se como “boa distância” em uma pesquisa pode ser apreciado em Latour (2007).

estes, isolada e pontual. Houve quem, entretanto, e eu me incluo nesse grupo, levou a sério sua insatisfação, e, mais do que entendê-la, gostaria de estendê-la, extrair dela consequências. Como podemos pensar quando nos permitimos ser arrastados e transformados pelo interesse em opinar daquelas que convencionalmente em tais ritos acadêmicos são destituídas do poder de avaliar?

Será que a travesti (a propósito, ativista) que se manifestou naquela sessão de defesa realmente acredita que a população pela qual se engaja diuturnamente está a salvo de epidemias infectocontagiosas?¹² O tema lhe seria de todo irrelevante? Por certo, como reflete Savransky (2016), as coisas vêm a importar em diferentes graus, maneiras e momentos. A relevância não pertence simplesmente à ordem da pesquisa, mas ao mundo, para o qual as coisas *já* importam. Não sendo um atributo unilateral, que pode ser estabelecido pela agenda do pesquisador, convém chegar a um acordo sobre a relevância com os próprios sujeitos com quem trabalhamos.

Sou inclinado, amigos, a pensar que a audaz manifestação da travesti se comunica com determinada exaustão. Provavelmente as razões pelas quais as ciências humanas exauriram alguns sujeitos que envolvem em seus estudos se deve pelo menos em virtude de sua abordagem: somos adeptos convictos do denunciamento. Para isso, mais vale negligenciarmos a ambivalência e complexidade inerentes às relações sociais, e, por conseguinte, às nossas próprias existências, do que destacarmos o que enfraquece nossos sujeitos de pesquisa, marcá-los permanentemente pelo que lhes falta. Afinal a travesti poderia encarar outro problema como mais importante, relevância que foi frustrada por aquela que conduziu a escrita da tese.

A corajosa militante que, com seu comportamento sabidamente alheio ao expediente, entreviu na defesa, nos disse, em outras palavras: *basta de fraqueza!* Como também nos disse: *ok, mas é só isso que você tem a dizer acerca de nós?* Mais que respeitoso – não quero tratar em

¹² Nota-se que, se na observação de Kulick (2008, p. 202), o mercado do sexo era talvez o único espaço em que as travestis podiam desenvolver autoestima e autoconfiança, receberem elogios e serem valorizadas, a atividade sexual (à qual muitas se dedicam por vezes como viabilidade única de sobrevivência) poderia facilmente ser lida na pesquisa do colega como fonte de risco de agravos à saúde, esvaziada de sua dimensão de prazer e reconhecimento. Críticas semelhantes podem ser verificadas no brilhante trabalho de Kane Race (2016) sobre os desafios que deveriam ser enfrentados pelo discurso biomédico de prevenção ao HIV/aids.

termos de mau ou de bom tom –, me parece urgente atender, se deixar afetar por sua reivindicação, entregar a contraparte que ela exigiu. Isso porque me parece que cada um de nós é, em alguma medida, o colega, que indubitavelmente com a melhor das intenções para com as interlocutoras da investigação, defendia sua tese. Combativos e ávidos por justiça social.

A não ser que consideremos fraca a autora da intervenção – alternativa a que me recuso –, já não basta, ou torna-se agora controversa a alegação de que é politicamente inconveniente¹³ a apresentação de tal devolutiva. Devo vos recordar: a brava travesti é ativista. A quem não deseja declinar ou se fazer de surdo ante à intempestiva provocação, eu diria que, para que também os entediados leitores não nos abandonem, precisamos alargar o campo dos possíveis. Uma dose de imaginação política e criatividade. Uma procura obstinada e qualquer confiança na procura.

Pensadores tão diversos quanto as filósofas Judith Butler¹⁴, Isabelle Stengers (2005) e o antropólogo Tim Ingold (2012, 2016)¹⁵, de maneiras diferentes mas desde a excitante premissa de que o mundo não está pronto e de que as possibilidades de ser humano e da vida de modo geral são constantemente remodeladas, nos encorajam a falar-

¹³ Como nos mostra Moutinho (2014) a partir dos trabalhos de Silvia Aguião, que se debruçou sobre o processo de constituição da “população LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil, a categoria “sofrimento” é acionada como chave importante para a garantia de direitos.

¹⁴ Butler reconhece expressamente seu esforço imaginativo de alargar “um campo de possibilidades para a vida corpórea” (PRINS; MEIJER, 2002, p. 157). Essa preocupação aparece por vezes de modo disperso nas entrevistas que concede – além da realizada por Prins e Meijer (2002), poderia mencionar a concedida a Sara Ahmed (2016), notadamente quando Ahmed lhe pergunta sobre a agenda futura dos estudos queer. Surge também em passagens de suas obras, como no seu já clássico *Problemas de gênero* (BUTLER, 2003, p. 60), e em pronunciamentos outros, como na mesa de debate *On inequality*, que dividiu com Angela Davis em 2017 no Oakland Book Festival (cf. Globo, 2017) e ao proferir uma aula inaugural do ano acadêmico de 2019 na Universidade do Chile, onde afirmou “que a teoria entrega formas de um futuro que poderia ser” (COOPERATIVA, 2019).

¹⁵ Em *Projetando ambientes para a vida*, uma dentre a série de conferências proferidas na Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 2011, o antropólogo britânico se propôs a pensar uma antropologia do vir-a-ser; que não fosse sobre as coisas, mas que se movesse com elas. E que com elas se correspondesse não em um mundo pré-ordenado, mas em um mundo incipiente, no âmbito de um processo vital cuja essência é de abertura e improvisação.

mos não apenas do que é. Precisamos também nos ocuparmos do que pode ser. Esse pressuposto já estava presente no pragmatismo quando, lá atrás, discutíamos teoria a título de eficácia, com a expressa implicação desta se converter em instrumento, ferramenta de reconstrução das coisas. Como nos ensina Dewey (2000), é pelo fato da realidade encontrar-se ainda em construção, é em razão de todas as coisas existentes estarem em transição, que o conhecimento, integrando a corrente da experiência¹⁶, participa ativamente do porvir das coisas. Não pode haver confusão, adverte-nos Dewey, entre a existência (de tais coisas) que antecede o *conhecer* com a existência que o próprio *conhecer* leva a cabo. É assim que a teoria do conhecimento de Dewey (2000) alcança sua máxima: “o conhecer é um tipo específico de mudança nas coisas” (p. 161).

Cabe-nos, como tarefa ético-política, experimentarmos com a especulação. Mas eis que é a partir do tempo presente, de um chão, que olhamos para frente, que damos um salto. E por isso insisto que não podemos ignorar experiências que destoem das categorias de subordinação a que estamos habituados e que conformam nossa perspectiva. Precisamos voltar nossa atenção para ali, onde, sutilmente ou não, novos mundos já estão sendo forjados. Prestar atenção às possibilidades que já habitam este mundo e nos inquirirmos para quem e de que maneira estas possibilidades poderão fazer diferença. Essa especulação é parte do pragmatismo enquanto programa de pesquisa e atitude científica: manejar o *como se*, observar certas coisas como se situadas sob condições outras “e considerar o que sucede então com elas” (DEWEY, 2000, p. 172).

Com efeito, não se trata de falarmos do que são pessoas trans, e por isso não é necessário acorrentarmos nossas discussões a uma primazia pela “maioria” e pela regularidade. Importa aqui deixarmos de lado nossa relativa falta de interesse na divergência e falarmos do que elas são capazes de fazer¹⁷. Como pessoas trans podem se comportar *se*,

¹⁶ Vale lembrar que no empirismo radical de William James (1979) há uma recusa explícita do dualismo entre pensamento e coisa. Ambos são partes diferenciáveis do que alcunha “experiência pura”, que, para o filósofo pragmatista, é o tecido, estofa, a matéria-prima de tudo. Pensamento e coisa devem ser experimentados.

¹⁷ Ponho-me em diálogo com Despret (2008) e Latour (2000), alguns dos autores que nos ajudam a pensar como o estudo de outras ciências com animais não-humanos, como a primatologia, podem nos oferecer importantes lições para refletirmos sobre as práticas das ciências sociais e humanas.

em vez de olhares tortos que interferem no seu caminhar por uma larga avenida, sofrem a convidativa influência de uma plateia ávida por escutá-las? Essa consideração parece descabida quando intelectuais descartam sistematicamente de suas persuasivas exposições a proeminente inserção de transfeministas nas universidades para se concentrarem tão-somente em situações em que estas sofreram violência na academia.

Deixamos assim de aproveitar e explorar alternativas e possibilidades latentes no presente. Presente este que, mais plural do que por vezes nos parece, pode fornecer recursos para resistirmos. Conforme nos explicam Savransky, Wilkie e Rosengarten (2017), a prática especulativa não deve ser reduzida ao infundado, o forçado ou o fantasioso. É nos fatos existentes que podemos encontrar chaves para a construção de um futuro outro, que não se limite, por seu turno, às probabilidades do presente. Se o amanhã não está determinado pelo agora, não é mera extensão deste, mas se às atuais realidades são inerentes as potencialidades que porventura atualizar-se-iam na prática (SAVRANSKY; WILKIE; ROSENGARTEN, 2017), a experimentação especulativa, ilumina Savransky (2017), “retém uma humildade aos fatos sem sucumbir a eles. Seu próprio risco interno é o de se tornar capaz de desenvolver uma imaginação que combine a liberdade do possível com a teimosia da realidade” (p. 32). Em suma, a especulação seria o cultivo de uma sensibilidade para resistir às probabilidades.

Stengers costuma argumentar que as ciências experimentais (como a química) produzem situações que tornam os objetos *capazes* de fazer o que não fazem em circunstâncias habituais. Mudam-se o ambiente, mudam-se as práticas. Para a filósofa da ciência, as ciências sociais, pelo contrário, costumam abordar os sujeitos com que trabalham pela fraqueza, por certa propensão à submissão. Como cada prática, todavia, lida com o problema de como promover sua própria força, e como nossas proposições farão parte do ambiente de prática a que nos referimos (do contrário, a travesti que se manifestou na assistência da defesa de um doutorado seguiria indiferente ou não demonstraria interesse nas observações do pesquisador), precisamos nos reportar aos sujeitos através do que seria considerado sua força, do que são afinal capazes de fazer. Nesta direção, o experimento com o *como se*, mencionado acima, pode permitir que desenvolvamos aquilo que, como nos recorda Dewey (2000), o pragmatista Charles Peirce intitulou de “hábito mental do laboratório”.

“Se um ambiente deve ser descrito em termos de encontros”, pontua Stengers (2008, p. 49), encontros que afinal podem resultar nutritivos, desafiadores, tóxicos, há que nos perguntarmos se nosso encontro com os sujeitos que abordamos no campo lhes será capacitador, no sentido de expandir sua capacidade de ação, ou enfraquecedor. Ao voltarmos do trabalho de campo e trazermos à existência para os nossos pares pessoas cujas práticas não se definem pela produção de conhecimento, costumamos nos referir àquele ambiente que nos rendeu aprendizado como “meu campo”. Mas, como assinala Stengers (2017), esse possessivo em nada diz respeito a um direito de propriedade, não é isso. Expressa antes a produção de uma relação de pertencimento, um vínculo. Todavia, como todo vínculo e como toda troca entre grupos diferentes, também se trata este de um empreendimento, de uma criação arriscada, que envolve restrições e obrigações, as quais, por sua vez, sujeitam os envolvidos à acusação de traidores.

Quando investimos de força os sujeitos com quem trabalhamos, também voltamos a eles para prestar-lhes conta. Parcialmente (pois que não em tempo de reformular a escrita), foi como se portou meu colega ao convidar os sujeitos de sua pesquisa para a defesa da tese. É assim que, nesse trânsito entre dois grupos, figuramos como uma espécie de diplomata, personagem conceitual da filosofia de Isabelle Stengers. Mas, ainda a grosso modo, a diplomacia, como enfatiza a autora (STENGER, 2011), só se dá entre *poderes*; o que significa que aqueles para quem o diplomata retorna têm o poder de rejeitar suas propostas (por exemplo, de “tradução”¹⁸). Caso isso aconteça, ele poderá ser qualificado pelo grupo que o comissionou enquanto diplomata como traidor. Subjaz nessa provocação outro não menos importante aporte de envergadura ética de Stengers (2017): não sermos insultuosos com aqueles de cuja hospitalidade gozamos, ou, como aprendera com Deleuze, “escrever de forma a não trazer tristeza àqueles sobre os quais escrevemos” (DIAS et al., 2016, p. 179)¹⁹.

¹⁸ Promissora e propositiva em termos éticos e metodológicos, as implicações da noção de tradução na pesquisa científica presentes na filosofia de Vinciane Despret, destacando, em articulação à figura do diplomata, sua produção negociada a partir de um vínculo estabelecido no trabalho de campo, podem ser apreciadas em Baum et al. (2014, p. 163-4).

¹⁹ Não poderia deixar de mencionar aqui a observação, presente em Coacci (2018), da acadêmica e ativista transfeminista Viviane Vergueiro: “quando eu leio esses trabalhos (...) me bate uma bad, esse povo não pensa que uma travesti vai ler. Não se

A propósito, contra as filosofias ocupadas em reiterar a lengalenga de nossas fraquezas, vejam o que incisivamente escreve Michel Serres sobre o poder do corpo humano e suas inesperadas façanhas:

Conheçam suas incríveis capacidades: infatigável e feito para a penúria, o animal humano pode sofrer remando durante meses para atravessar o Pacífico, (...) viver trinta anos doente com falta de ar, na asfixia e no sofrimento para compor uma obra musical (...), pode combater um Estado criminalmente perverso e até mesmo lutar contra qualquer coletividade que o condicione. (...) Os miseráveis sobrevivem em condições tão ínfimas que muitos poderiam considerar mortais; quantas mães não enfrentam pacientemente o desemprego, a pobreza, a insegurança e o desespero em que sobrevivem suas famílias? (SERRES, 2004, p. 38-9)

Se estivermos de acordo de que ciência é criação, devemos nos perguntar que sorte de sujeitos tornaremos presentes. E, evocando novamente Stengers (2005), desta vez a partir de sua atração pelas bruxas, que mobilizam seu pensamento, a parafraseio, perguntando se seriam estas mulheres fracas e injustamente excluídas ou mulheres de cujo poder os filósofos podem ter tido medo?

Para não concluir

Procurei mostrar mediante esse breve ensaio, parcial e incompleto, e de título francamente presunçoso em que borboleteei alegorias e situações das mais diversas pelas quais fui tocado (trabalho de campo, rituais acadêmicos, excertos de livros), como não podemos predeterminar o que conta em cada interação, às custas de desprezar valores que nossos sujeitos de pesquisa fazem existir e de não permitir com que o novo apareça na pesquisa social.

Se assim como a ciência, a arte também colabora com o processo de (re)povoamento do mundo, esta última parece ter sido mais exitosa

pressupõe que a pessoa leitora será uma pessoa trans ou travesti” (Caderno de Campo, Desfazendo Gênero, 13 de outubro de 2017)” (COACCI, 2018, p. 208, grifos do autor). A partir do desconforto de Vergueiro, indago-me quais reverberações podem ser produzidas na escrita quando não relegamos os nossos sujeitos de pesquisa ao “campo”; quando, em vez de abandonarmos sua companhia alhures, assumimos que são também interlocutores do nosso texto.

na promoção da força das vozes que ganham a cena. O que pensar, afinal, das personagens a que um grupo de estudiosos tem recentemente classificado como *artivistas*²⁰, como a cantora e compositora Linn da Quebrada, que, armada da força da *Bixa Preta* (ouve-se, em música homônima, a onomatopeia de disparo de uma arma de fogo: *trá trá, trá-trá!*), já não admitirá o riso de escárnio de que é objeto ao andar pela rua? Hudson, bicha da favela, “treinada” como se dizia, alega não correr os riscos a que meu corpo – de certo ponto de vista, desnudo – se expõe.

Afora os propósitos de nossa onda política delatora, de garantia aliás questionável quando supomos que denunciar é tudo o que podemos fazer, força e alegria já não podem soar desconcertantes. Nada obstante, falar de interseccionalidade é se reportar a um tornar-se mais vulnerável e mais marginalizado, em um entrelaçamento que nunca resulta rentável. Assim, a cada vez que investirmos na supremacia das “estruturas” e acionarmos os propagados marcadores sociais da diferença, o conjunto de relações sociais desiguais, como sinônimo apenas de múltiplas opressões, e abraçarmos a subordinação como um dado prévio à pesquisa, haverá, a objetarem e resistirem a nosso enunciado, e mobilizando de modo criativo o que denominamos interseccionalidade, uma travesti ou uma *bixa preta*. Não intrometidas, mas felizmente interessadas no estudo, pois que por ele afetadas.

Ao sermos aceitos em suas comunidades para a realização de uma pesquisa, devemos, qual um diplomata, promover sua força, redefiní-las nesses termos, e não em sua fraqueza. Como um dos mais relevantes legados assinalados pelo modo de proceder do pragmatismo, na medida em que este (re)integra e põe a ideia a trabalhar na corrente da experiência (DEWEY, 2000), levamos em devida consideração a assertiva de que toda teoria é eficaz e produz desdobramentos, implica em preocuparmo-nos se nossa teoria é capaz de criar novas práticas e novas formas de pensar, se esta contribui para transformar o modo que determinados assuntos são endereçados. E se no exercício de uma descrição já estamos participando da configuração e do prolongamento de uma prática – vimos que, segundo a perspectiva do pragmatismo clássico, o binarismo entre pensamento e ação não se sustenta – que saibamos, como a arte, disponibilizar recursos para que as práticas que estudamos sobrevivam. “A existência de uma prática”, argumentou Stengers, “al-

²⁰ Ver, por exemplo, Colling, Sousa e Sena (2017).

tera a paisagem de outras práticas” (STENGERS; MATHIEU; VERTRAETEN, 2000, p. 58).

Assim, a concordância com a alegação de que a teoria nunca é inocente e que a eficácia a ela subjaz, em vez de nos acomodar e isentar como observadores alheios ao próprio fluxo da realidade, impõe responsabilidade aos pensadores, requer nossa colaboração. Sua prática, como nos revelam os estudiosos com quem dialogamos ao longo do texto, é ingrediente ativo no mundo, participa de sua transformação. Partindo da aposta de um presente inacabado, de um futuro indeterminado, cuja realização está em aberto, de um mundo em permanente construção, a eficácia, como uma atenção aos feitos e consequências de uma prática de conhecimento, mantém relação direta com a postura que Savransky (2017) chama de “audácia especulativa”, a qual se radica nesta possibilidade de frustrar aquilo que se apresenta como provável, orientando-se, em vez disso, “para o cultivo de um futuro diferente que sem a sua intervenção pode ter sido mais difícil de alcançar ou imaginar” (SAVRANSKY, 2016, p. 12).

De minha parte, que ingenuamente acreditava estar fazendo outra coisa que não dando continuidade à pesquisa iniciada no mestrado, tratarei nos próximos trabalhos justamente dos tais “*grupinhos* de dança” a que Rafa, protagonista de minha dissertação, se opunha. Delongar o trabalho de campo entre jovens não heterossexuais da periferia é já dar oportunidade para que eles se apresentem de outras maneiras. A bem dizer, penso então acompanhar no doutorado sujeitos que Rafa poderia ter sido e que não foi. Desta vez, diferentemente da tônica posta na dissertação sobre, entre outros assuntos, os desafios relacionados a trajetória educacional e inserção no mercado de trabalho, temas recorrentemente pautado por meu interlocutor, os jovens e adolescentes com quem interajo, a partir do seu interesse e engajamento na dança (e não prioritariamente em ascender socialmente) estão envolvidos em relações em que podem, de modo muito mais explícito, mostrar sua força.

Se por vezes os “contextos” transsituacionais parecem incontestados em nossa prática, estes não me ajudam muito na compreensão do que os jovens com quem trabalho fazem. A chave para aprender com eles são as situações mesmas, e, à vista disso, a interseccionalidade como instrumento de pesquisa e artifício analítico definitivamente não pode ser considerada em seu caráter “essencial”, mas as categorias por esta produzidas, vide a *bicha da favela*, bem podem ser percebidas

como categorias de ação, e talvez como um evento – enquanto tal, de realização contingente, não garantida; uma conquista por assim dizer, podendo ser instaurada de diversas maneiras.

Referências

AHMED, Sara. Interview with Judith Butler. **Sexualities**, [s.l.], v. 19, n. 4, p. 482-492, 2016.

_____. The good will. In: _____. **Willfull subjects**. New York; Shanghai: 2014. p. 59-96.

APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BAUM, Carlos et al. A invenção do método: diplomacia como ética de pesquisa. **Revista Pólis e Psique**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 155-172, 2014.

BINNIE, Jon. Class, sexuality and space: a comment. **Sexualities**, [s.l.], v. 14, n. 1, p. 21-26, 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COACCI, Thiago. **Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil**. 2018. 290 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

COLLING, Leandro; SOUSA, Alexandre Nunes de; SENA, Francisco. Enviadescer para produzir interseccionalidades. In: OLIVEIRA, João Manuel de; AMÂNCIO, Lígia. **Gêneros e sexualidades: interseções e tangentes**. Lisboa: Maiadouro, 2017. p. 193-216.

COOPERATIVA. *Judith Butler: estudios de género permiten mirar “un futuro que podría ser”*. [S.l. [2019]. Disponível em: <<https://www.cooperativa.cl/noticias/pais/educacion/universidades/judith-butler-estudios-de-genero-permiten-mirar-un-futuro-que-podria/2019-04-05/115832.html>> Acesso em: 26 abr. 2019.

CORRÊA, Mariza. Prefácio: esboços no espelho. In: LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. p. 9-22.

DAVIS, Kathy. Intersectionality as buzzword: a sociology of Science perspective on what makes a feminist theory successful. **Feminist Theory**, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 67-85, 2008.

DESPRET, Vinciane. The becomings of subjectivity in animal worlds. **Subjectivity**, [s.l.], v. 23, n. 1, p. 123-139, 2008.

DEWEY, John. **La miseria de la epistemología: ensayos de pragmatismo**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.

DIAS, Jamille Pinheiro et al. Uma ciência triste é aquela em que não se dança. Conversações com Isabelle Stengers. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 155-186, ago. 2016.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 10, p. 58-78, 1999.

GLOBO. Corpo: artigo indefinido. **Caderno Globo 12**. São Paulo: Globo Universidade, 2017.

HANCOCK, Ange-Marie. When multiplication doesn't equal quick addition. **Perspectives on Politics**, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 63-79, 2007.

INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. **Educação**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 404-411, set./dez. 2016.

INGOLD, Tim, et al. Diálogos vageiros: vida, movimento e antropologia, **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 11, 2012. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/pontourbe/334>>. Acesso: 28 ago. 2018.

JAMES, William. Ensaios em empirismo radical. In: _____. **Pragmatismo e outros textos**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 171-205.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

LATOUR, Bruno. A ligeira surpresa da ação: fatos, fetiches. In: _____. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru: EDUSC, 2001. p. 315-345.

_____. A well-articulated primatology: reflexions of a fellow-traveller.

In: STRUM, Shirley; FEDIGAN, Linda (Eds.). **Primate Encounters**. Chicago: University of Chicago Press, 2000. p. 358-381.

_____. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In: NUNES, João Arriscado; ROQUE, Ricardo (Orgs.). **Objectos impuros: estudos sociais da ciência**. Porto: Afrontamento, 2007. p. 39-61.

_____. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador, Bauru: EDUFBA, EDUSC, 2012.

LEWIN, Ellen. Who's queer? What's queer? Queer anthropology through the lens of ethnography. **Cultural Anthropology**, [s.l.], v. 31, n. 4, p. 598-606, 2016.

LOPES, Maycon. Pagode e perigo: discutindo contendas de gênero na Bahia. **Campos**, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 97-117, 2014.

MCCALL, Leslie. The complexity of intersectionality. **Signs**, [s.l.], v. 30, n. 3, p. 1771-1800, 2005.

MOL, Annemarie. Doing disease. In: _____. **The body multiple: ontology in medical practice**. Durham; London: Duke University Press, 2002. p. 1-27.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 201-248, jan./jun. 2014.

_____. Negociando com a adversidade: reflexões sobre “raça”, (homo)sexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 103-16, jan./abr. 2006.

NASH, Jennifer C. Re-thinking intersectionality. **Feminist Review**, [s.l.], v. 89, n. 1, p. 1-15, 2008.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. A teoria queer e a Reinvenção do corpo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 27, p. 469-477, jul./dez. 2006.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, 2002.

RACE, Kane. Reluctant objects: sexual pleasure as a problem for HIV biomedical prevention. **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, [s.l.], v. 22, n. 1, p. 1-31, 2016.

SAVRANSKY, Martin. Of recalcitrant subjects. *Culture, Theory and Critique*, [s.l.], v. 55, n. 1, p. 96-113, 2014.

_____. **The adventure of relevance: an ethics of social inquiry**. London: Macmillan, 2016.

_____. The wager of an unfinished present: notes on speculative pragmatism. In: WILKIE, Alex; SAVRANSKY, Martin; ROSENGARTEN, Marsha (Eds.). **Speculative research: the lure of possible futures**. Abington; New York: 2017. p. 25-38.

SAVRANSKY, Martin; WILKIE, Alex; ROSENGARTEN, Marsha. The lure of possible futures: on speculative research. In: WILKIE, Alex; SAVRANSKY, Martin; ROSENGARTEN, Marsha (Eds.). **Speculative research: the lure of possible futures**. Abington; New York: 2017. p. 1-17.

SERRES, Michel. **Variações sobre o corpo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SOUZA, Iara Maria de Almeida. A noção de ontologias múltiplas e suas consequências políticas. *Ilha - Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 49-73, ago./dez. 2015.

STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002a.

_____. Beyond conversation: the risks of peace. In: KELLER; Catherine; DANIELL, Anne (Eds.). **Process and difference: between cosmological and poststructuralist postmodernisms**. New York: State University of New York Press, 2002b. p. 235-255.

_____. **Cosmopolitiques II**. Minneapolis; London: University of Minnesota Press, 2011.

_____. Experimenting with refrains: subjectivity and the challenge of escaping modern dualism. **Subjectivity**, [s.l.], v. 22, n. 1, p. 38-59, mai. 2008.

_____. Introductory notes on an ecology of practices. **Cultural Studies Review**, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 183-196, mar. 2005.

_____. Reativar o animismo. **Cadernos de Leitura**, Belo Horizonte, n. 62, p. 1-15, mai. 2017.

STENGERS, Isabelle; MATHIEU, Nicole; VERSTRAETEN, Pierre. Discipline et interdiscipline: la philosophe de «l'écologie des pratiques» interrogée. **Natures, Sciences, Société**, [s.l.], v. 8, n. 3, 2000.

STENGERS, Isabelle; PIGNARRE, Philippe. **Capitalist sorcery: breaking the spell**. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

SZTUTMAN, Renato. Reativar a feitiçaria e outras receitas de resistência – pensando com Isabelle Stengers. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 69, p. 338-360, abr. 2018.

TARDE, Gabriel. **As leis sociais: um esboço de sociologia**. Niterói: Editora da UFF, 2012.

VILLANI, Maycon Lopes. **Para não ser uma bicha da favela: uma etnografia sobre corpo, sexualidade e distinção social**. 2015. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.